

SILVIO ROMERO: UM PENSAMENTO EMBRIAGADO DE POLÊMICA

Milena da Silveira Pereira¹

RESUMO: Partindo da hipótese de que a polêmica foi traço constitutivo do pensamento do final do Oitocentos, o ensaio busca analisar como a noção de Brasil e de povo brasileiro em Sílvio Romero foi se estruturando a partir de um discurso marcadamente polêmico, ou melhor, como um certo discurso polêmico traduziu a leitura que este autor fez da sociedade brasileira a partir da literatura nacional – por ele considerada o principal instrumento para o conhecimento do “espírito do povo brasileiro”. Tal análise tem como alvo compreender as articulações dessa ideia de Brasil que então se consolidou e da qual somos de alguma forma herdeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Sílvio Romero. Polêmica Literária. História do Brasil.

ABSTRACT: By assuming the hypotheses that polemics was a constitutive feature of thought at the end of the nineteenth century, this essay aims to understand how the notion of Brazil and of the Brazilian people by Sílvio Romero was structured out of a markedly polemical discourse, or, in other words, how a certain polemical discourse would have translated Romero’s reading of the Brazilian society from the national literature – considered by him the main

¹ Milena da Silveira Pereira é mestre em História pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca (2008). Atualmente desenvolve um projeto de Doutorado, intitulado “O Lugar da Crítica Literária Oitocentista na Construção da História do Brasil”, sob orientação da Profa. Dra. Márcia R. Capelari Naxara, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da mesma instituição, com financiamento da CAPES.

tool for knowing the “spirit of the Brazilian people”. This question will be explored with the objective of understanding the basis of that idea of Brazil which was then consolidated and from which we are heirs in a certain way.

KEYWORDS: Sílvio Romero. Literary Polemics. History of Brazil.

A paixão é a grande força dos convencidos.
Émile Zola

Em 1888, Sílvio Romero publica sua obra capital, *História da Literatura Brasileira*, e declara que este era um “livro de amor, feito por um homem que sente há perto de vinte anos sobre o coração o peso do ódio que lhe tem sido votado em sua pátria...”. Considerava, pois, que era tempo de abandonar “um pouco de rudeza, de tom agressivo, de violência no ataque, e senhorear-se de mais serenidade e cordura”, ou seja, era hora de “adiar as paixões e dar entrada à imparcialidade”.² Seu companheiro na Faculdade de Direito do Recife, Araripe Júnior, corroborando o ímpeto de equilíbrio de Romero, ressalta que, se os prefácios e declarações de Romero “revelam desejos de moderação, que se explicam bem pela idade e pela experiência dos homens e das coisas”, deixam ver igualmente “o excesso de dosagem que houve nesse caráter, no que diz respeito ao amor da luta, à paixão pelo *sport* literário, ao arrastamento para os atos de agressão”. Romero, acrescenta Araripe, não padecia mais das exaltações dos tempos acadêmicos e a posição que seu nome havia alcançado nos diversos círculos da época o impeliavam a manter-se “em uma esfera de ação cautelosa” e a guardar “uma vigilância sobre os próprios atos e discursos, a que dantes ele não se julgava obrigado, na qualidade de crítico demolidor”.³

² ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira* [1888]. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980. v. 5, p. 33 e 35.

³ ARARIPE JÚNIOR, T. A. Sílvio Romero Polemista [1898/1899]. In: *Araripe*

Outro amigo da época da Faculdade de Direito do Recife, Clóvis Beviláqua, da mesma maneira pontua que Sílvio Romero havia abandonado na *História...* o tom agressivo dos “escritos de reação, que tantos doestos e diatribes lhe valeram, principalmente por parte de certos literatos fluminenses”. A esses escritos de reação, continua o jurista cearense, Romero preferiu uma história “austera e serena”, na qual pudesse utilizar “outros instrumentos mais pacíficos e que melhor [garantissem] a aquisição da verdade”. Assevera, então, que “Sílvio depôs a clava terrível de intemerato demolidor, para empunhar as lentes de investigador imparcial”.⁴

Como se vê, os trechos escolhidos de Sílvio Romero e de seus companheiros de “Escola” denunciam o empenho do estudioso sergipano em buscar uma nova postura com a sua *História da Literatura Brasileira*: um comportamento menos bélico e mais moderado nas palavras. No entanto, cabe indagar se sua declarada postura de abrandamento na produção da *História da Literatura Brasileira* resultou em um significativo distanciamento de um certo discurso polêmico ou se este discurso ainda continuou a perpassar as suas obras. E mais que isso, partindo do pressuposto de que esse tal discurso polêmico, ou propensão à reação, modelou a ideia de Brasil e de povo brasileiro em Sílvio Romero, em que medida esse discurso polêmico traduziu a forma de pensar do literato sergipano, tal como dos homens do seu tempo?

De saída, vale destacar que a *História da Literatura Brasileira* pode ser considerada a obra síntese do pensamento de Sílvio Romero, em que ele buscou colocar o essencial do que desejava dizer sobre a cultura e a sociedade do seu país. Nos vinte anos anteriores à sua publicação, Romero foi organizando e aplicando suas ideias a setores diversos da cultura nacional e, nos vinte e seis anos posteriores, apurou e desenvolveu as concepções

Júnior: teoria, crítica e história. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. 321.

⁴ BEVILÁQUA, Clóvis. *Épocas e Individualidades* – estudos literários. 2ª ed. emendada. Rio de Janeiro: H. Garnier; Livreiro-Editor, 1888, p. 143.

estabelecidas na *História...*, sem perder, contudo, ao longo dessa carreira literária, a combatividade. Uma combatividade, a propósito, definida pelo próprio autor como uma predisposição de sua personalidade.

Em um de seus ímpetos autobiográficos,⁵ o crítico revela, no inquérito literário de João do Rio, *O Momento Literário*, que seu temperamento e sua personalidade foram definidos desde os seus cinco anos; “sou hoje o que era aos cinco anos de idade”.⁶ Esclarece que sua infância foi marcada por duas das mais terríveis epidemias que devastaram o Brasil no século XIX e as vê como acontecimentos que marcaram profundamente sua formação. A primeira epidemia data do ano de seu nascimento, 1851; uma epidemia de febre amarela que atacou a vila de Lagarto e o obrigou a ser transportado para o engenho de seus avós. Romero lembra com saudades desses tempos do engenho *Moreira*, os quais, segundo ele, definiram “tudo o que [sentia] do povo brasileiro”, todo seu “brasileirismo” e todo seu “nativismo”.⁷ A outra epidemia, de 1856, o levou a sair do engenho de seus avós e a voltar para a vila de Lagarto, onde nasceu. Relata que esses tempos foram de muito sofrimento, tanto pela devastação enorme provocada pela cólera, que levou sua irmã e sua mãe, quanto pelo fato de ele ter se tornado um estranho em sua casa – havia sido criado no engenho até os cinco anos de idade. Essa infância dividida entre o engenho e a vila de Lagarto, de acordo com o próprio Romero, explica em grande parte toda a sua vida e sua obra. E, assim, anuncia:

Eu, criado fora até os cinco anos, era, no princípio, como estranho aos meus irmãos mais velhos, que me faziam troças e

⁵ Sobre autobiografia como construção de uma narrativa sobre si em que o discurso oscila entre a busca de verossimilhança e a idealização ver: LIMA, Luiz Costa. Júbilos e misérias do pequeno eu. In: LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

⁶ RIO, João do. *Momento Literário*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d [1906?]. p. 45.

⁷ *Ibid.*, p. 39. (grifo do autor).

me maltratavam muitas vezes, com essa malignidade própria dos meninos. Daí, um estado d'alma que se me produziu e ainda hoje perdura, digo-o à pureza, quer me acredite, quer não.

Habituei-me cedo a ser paciente, sofredor, ao mesmo tempo desconfiado, suspicaz, talvez, e, ainda por cima, resistente, belicoso.⁸

E foi com esse espírito desconfiado e belicoso que Sílvio Romero se lançou na vida intelectual. Araripe Júnior conjectura, dez anos depois da publicação da *História da Literatura Brasileira*, que Romero, por possuir um temperamento forte e vibrante, acabaria por viver “fatalmente encarcerado na sua índole de polemista”,⁹ ou, como dirão outros estudiosos, encarcerado no seu “ritmo de turbilhão” ou no seu “estilo tropical”.¹⁰ Essas são leituras, uma coletânea de Romero e as outras duas mais recentes, que indicam o quanto aquela autoimagem de Sílvio Romero – que ele tanto fez questão de acentuar em seus trabalhos – persuadiu seus contemporâneos e estudiosos posteriores e se manteve de forma tão duradoura que alimentou e, de certa maneira, determinou a imagem conhecida de Romero.

A partir da leitura de seus escritos, nesse sentido, pode-se afirmar que Sílvio Vasconcellos da Silveira Ramos Romero, ou melhor, Sílvio Romero, sempre pensou o Brasil e a literatura nacional em termos de luta e afirmação. Ele próprio declara que

⁸ Ibid., p. 41.

⁹ ARARIPE JÚNIOR. *Sílvio Romero Polemista*, p. 340.

¹⁰ Antonio Candido, um dos maiores estudiosos de Sílvio Romero, na introdução da antologia de textos de nosso autor, afirma que a obra de Romero se assemelhava a um turbilhão e, nesse sentido, declara que o que pretende compreender é o ritmo de turbilhão do pensador sergipano. Roberto Ventura, igualmente, outro estudioso do autor, vai definir a capacidade de Romero de polemizar com tudo e com todos de “estilo tropical”. Cf. CANDIDO, Antonio. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978; VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

não queria que sua *História da Literatura Brasileira* fosse “uma crônica recheada de fastos anedóticos”, mas antes, que sua empreitada literária fosse “um protesto”.¹¹ Todo escritor nacional na hora presente, continua ele, estava “carregado do impetuoso dever de dizer toda a verdade ao nosso povo, ainda que pelo rigor [tivesse] de desagradar geralmente”. E em tom imperativo convoca os nossos homens de letras:

lutemos, conquistemos o nosso lugar; rechacemos todas as antigualhas podres e todas as inovações insensatas; sejamos fortes e calmos. *Instruamos-nos e travemos a grande luta de nossa regeneração social, econômica e literária*. Já é tempo de olharmos para trás, lançar as vistas sobre o caminho percorrido há quatrocentos anos e conhecermos que pouco, bem pouco, temos feito como nação culta.

Tomemos todos os encargos que os séculos nos legaram e aparelhem-nos para solvê-los.¹²

Apesar, contudo, de iniciar a *História da Literatura Brasileira* apresentando-se como um autor mais imbele e sereno, Romero não deixou de cultivar em seus estudos uma imagem de propensão à luta e à reação – ora para se defender, ora para se afirmar, ora para se justificar. Propensão vista, muitas vezes, como uma espécie de missão que o autor teria assumido para combater a apatia e o conformismo do povo brasileiro, considerados, por ele, os maiores males do Brasil. Declarou, sobre esse problema, que não se pode talvez dizer que o brasileiro, tomado individualmente, “seja descuidoso de si próprio; considerado porém em geral, como tipo sociológico, o povo brasileiro é apático, sem iniciativa, desanimado”.¹³ E era esse quadro desanimador que o estudioso, com toda intensidade de seu patriotismo, buscava alterar.

¹¹ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 919.

¹² *Ibid.*, p. 142. (grifo nosso)

¹³ *Ibid.*, p. 145.

Seu alvo declarado ao longo de sua vida intelectual foi a busca do espírito do povo brasileiro, ou seja, seu fito, como bem define na *História...*, era “encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro”. Para tanto, era “antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação;” ver como o português foi-se transformando ao contato com o índio, o negro, a natureza americana, e como, “ajudado por isso e pelo concurso de idéias estrangeiras, se foi aparelhando o *brasileiro*, tal qual ele é desde já e ainda mais característico se tornará no futuro”.¹⁴ Sílvio Romero, com esses desígnios de uma tomada de consciência da brasilidade, descreve que, primeiramente, para se firmar bem no terreno, tratou de “circunscrever e limitar o círculo de [sua] ação: um pouco de poesia apenas e o resto crítica. Em crítica [dedicou-se] apenas à filosofia, à etnografia, à política e à literatura propriamente dita, tudo isto sob o ponto de vista de aplicações ao Brasil”. Essas foram as linhas diretoras de sua ação na literatura do país, uma ação cujo objetivo era enxergar o Brasil como uma nação e traçar o devir histórico que o país deveria cumprir para se enquadrar no mundo civilizado. E com esse intuito proclama:

Se me faltou o talento, resta-me, em todo caso, a fase moral da empresa; a verdade e o patriotismo foram os meus guias. Tal o sentido de certos ataques a influências estrangeiras, que desejaria ver anuladas de todo. *Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho de minha vida. Sejam eles a tríplice empresa do futuro. Tenhamos confiança!*¹⁵

Nessa empreitada, a literatura foi tomada por Romero como pedra de toque para a realização de seus sonhos, aparecendo nos

¹⁴ Cf. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 55.

¹⁵ *Ibid.*, p. 47-48. (grifo nosso)

estudos romerianos como a expressão máxima da vida do espírito de um povo, ou seja, como um dos principais instrumentos para reescrever a história e conhecer o povo brasileiro. A literatura, segundo ele, compreende “todas as manifestações da inteligência de um povo: – política, economia, arte, criações populares, ciências”; ela é “a grande artéria, o pulso da sociedade, que sofre de suas agitações, de suas ânsias”.¹⁶ É representada, até mesmo, como “uma arena de combate onde as palmas da vitória devem caber aos mais dignos”, quer dizer, “aos mais inteligentes, aos mais fortes, aos mais destinados, aos mais preparados, aos mais ativos nas pugnas do pensamento”.¹⁷ Na sua visão, portanto, a literatura se apresentava como um todo que não se limitava somente ao cultivo das belas-lettras, mas sim englobava todas as manifestações intelectuais, fazendo brotar o caráter de um povo.

Essa visão de literatura como a expressão máxima da vida do espírito de um povo, no entanto, não foi inaugurada com os escritos *romerianos*, mas sim pode ser remontada às concepções românticas. Embora Romero tenha atacado o romantismo de todos os ângulos, pode-se dizer que seu pensamento não passou imune, mesmo que atualizado de acordo com os anseios do seu tempo, às ideias de Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Sales Torres Homem, Gonçalves Dias e José de Alencar, os quais forneceram boa parte do repertório em torno do qual a literatura brasileira iria se desenvolver. Domingos J. Gonçalves de Magalhães, por exemplo, um dos primeiros a analisar as belas-lettras e a advogar a necessidade de uma literatura nacional, buscou apresentar a literatura como o desenvolvimento do que o povo tinha de mais “sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na Natureza”, era “o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões”. Para ele, a literatura era reveladora do caráter de um

¹⁶ Ibid., p. 923.

¹⁷ Id. Machado de Assis. In: BARRETO, Luiz Antônio (Org.). *Autores Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 107.

povo, era “o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi”,¹⁸ ou seja, era vista como um espírito da nossa evolução histórica.

Do mesmo modo que a literatura cumpria esse papel, a crítica também era vista por Sílvio Romero como uma disciplina aplicável a todas as manifestações da humanidade. Na década de 1970 do Oitocentos brasileiro, ainda a crítica literária estava florescendo entre nós e uma “nova geração”¹⁹ mostrava-se já fortemente empenhada em construir uma orientação nova, em buscar novos rumos para romper com o padrão retórico da crítica anterior, limitada à análise intratextual. Era necessário, na visão de um dos seus principais representantes, Sílvio Romero, deixar de julgar os produtos literários por meio de “convenções retóricas” e começar a conceber a crítica “como uma vasta e complexa atividade de análise realista e rejeição de preconceitos mentais, com vistas a uma reavaliação objetiva de toda a cultura”.²⁰ Estava surgindo, assim, uma crítica de caráter cientificista, que defendia uma postura de verdade, neutralidade e objetividade na análise literária e cultural, ou seja, as ideias naturalistas, evolucionistas e racistas propagadas nesse tempo passaram a ser encaradas como verdades universais, exercendo um enorme fascínio na intelectualidade.²¹

¹⁸ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. Estudo Preliminar [1836]. In: *Revista Niterói*, Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1978, Tomo Primeiro, p. 132-159, p. 132.

¹⁹ Denominação de Machado de Assis para essa geração que estava surgindo. Cf. MACHADO DE ASSIS. A Nova Geração [1879]. In: _____. *Obras Completas de Machado de Assis*. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955, p. 180-244.

²⁰ Definição de crítica que Antonio Candido percebeu na obra de Romero. Cf. CANDIDO, Antonio. Introdução. In: ROMERO, Sílvio. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978, p. IX-XXX.

²¹ Cf. CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* [1959]. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981; COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil. Realismo-Naturalismo-Parnasianismo* [1955]. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americano S. A., p. 1969; HOLANDA, Sérgio Buarque

Tal crítica literária de fins do século XIX, talvez pela proeminência do campo literário em relação a qualquer outro campo da vida intelectual, gozava de um prestígio jamais alcançado, servindo, amiúde, como um espaço para a polêmica, o debate de ideias e a discussão sobre temas nacionais, ou seja, a crítica, nesse tempo, se mostrou o principal meio para se pensar e teorizar o Brasil.²² E Sílvio Romero, compartilhando dessas condições de produção, atribuía à crítica literária a missão de contribuir para a construção da nacionalidade brasileira. A crítica revelava-se a ele, embebido que estava das teorias de Taine, como uma espécie de arma de interferência na vida e na cultura da nação, sendo inspirada pelo “ideal de um Brasil autônomo, independente na política e mais ainda na literatura”. E dessa motivação fundadora decorreram todas as suas investidas no domínio das letras. Anos mais tarde, no trabalho *Da Crítica e sua Exata Definição*, completa: “já deixei dito e repetido que ela [a crítica] abarca toda a área do pensamento, aplica-se a todas as criações humanas, a todas as pesquisas e construções espirituais”.²³

Com essas armas em punho para desvendar o espírito do povo brasileiro e afirmar seu lugar na intelectualidade da época – seus dois maiores alvos declarados –, Romero reclama uma história para nossa nação e afirma que, no Brasil, havia uma grande ausência de produção histórica, isto é, os trabalhos de

de. Sílvio Romero. In: *O espírito e a letra: estudo de crítica literária*, II. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²² Alberto Luiz Schneider, a esse propósito, em sua obra *Sílvio Romero, Hermeneuta do Brasil*, ressalta que “se não fosse demasiadamente especulativo, seria possível imaginar que se houvesse escrito trinta ou quarenta anos mais tarde, Sílvio Romero provavelmente não teria escolhido a crítica literária para pensar o Brasil. E se Sérgio Buarque e Gilberto Freyre tivessem produzido suas obras trinta ou quarenta anos mais cedo, talvez tivessem sido críticos de literatura. De fato, Sérgio Buarque também o foi de certo modo, antes de entregar-se ao ofício de historiador”. Cf. SCHNEIDER, Alberto L. *Sílvio Romero, Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 24.

²³ ROMERO, Sílvio. *Da Crítica e sua Exata Definição* [1909]. In: _____. *Literatura, História e Crítica*. Luiz Antonio Barreto (Org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 391-392.

história até então produzidos eram muito pobres e no terreno da literatura propriamente dita “a pobreza nacional ostenta-se ainda maior”.²⁴ Para Romero, tudo o que havia sido publicado até então a respeito do Brasil, tanto pelos brasileiros que só escreveram quadros isolados, quanto pelos estrangeiros que produziram obras superficiais e com muitas lacunas, não poderia ser considerado história da literatura brasileira. Realizar uma teoria completa sobre a história do Brasil, segundo ele, não é tomar a história como exclusiva dos portugueses na América, nem como uma história dos Tupis ou dos negros no Novo Mundo. Não é a história isolada de nenhum desses povos, “é antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. *Todo brasileiro é mestiço, quando não no sangue, nas idéias*”. Aponta, então, os cinco fatores que contribuíram para a formação do tipo brasileiro: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.²⁵ E deixa claro que pretendia escrever um “trabalho *naturalista*” sobre a história da literatura brasileira, munido “do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional” e, ainda, do “critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral”.²⁶

Buscava, desse modo, realizar um trabalho que explicasse o caráter nacional a partir do particular, sem esquecer o universal. Para o autor sergipano, todo e qualquer problema histórico e literário tinha duas faces principais: uma geral, influenciada pelo momento europeu, e outra particular, influenciada pelo meio nacional.²⁷ Chega a declarar que o escritor brasileiro tem a seu

²⁴ Id. *História da Literatura Brasileira*, p. 51.

²⁵ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 54. (grifo nosso)

²⁶ *Ibid.*, p. 57. (grifo do autor)

²⁷ Thomas Skidmore, nesse sentido, destaca que Sílvio Romero tinha uma convicção inabalável: “a de que os brasileiros precisavam dominar as doutrinas científicas correntes para então, aplicá-las ao seu país”; e nunca abandonou essa “dedicação emocional ao país, por mais depressivas que se tornassem suas conclusões”. Cf. SKIDMORE, Thomas. A agonia de um nacionalista frustrado: Sílvio Romero. In: _____. *Preto no Branco*. Raça e nacionalidade

cargo um duplo problema e uma dupla função: “deve saber do que vai pelo mundo culto, isto é, entre aquelas nações européias que imediatamente influenciam a inteligência nacional”; e têm por incumbência, igualmente, “não perder de mira que escreve para um povo que se forma, que tem suas tendências próprias, que pode tomar uma feição, um ascendente original”.²⁸

E não foram poucos os debates desencadeados para defender esses desígnios. Entre eles, merece destaque a célebre polêmica entre Sílvio Romero e Machado de Assis. A descomunal antipatia de Romero por Machado vinha de longa data, desde a sua campanha contra o romantismo, tendo-se agravado com o artigo de Machado de Assis, *A Nova Geração* (1879). Neste texto, o romancista analisa a nova geração poética que estava surgindo na década de 1870 e critica a poesia romeriana. Segundo Machado, Romero é “um dos mais estudiosos representantes da geração nova; é laborioso e hábil” e seus trabalhos “são documentos louváveis de estudo e aplicação”, entretanto, no que se refere a sua poesia, o romancista declara que “*Os Cantos do Fim do Século* [...] não dão a conhecer um poeta; e para tudo dizer numa só palavra, o Sr. Romero não possui a forma poética”.²⁹ Começada aí, a contenda estendeu-se por vários anos, no entanto, Machado de Assis nunca respondeu às provocações do estudioso sergipano, nem mesmo quando Romero publicou o livro *Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira* (1897), em que defendia, na contramão das tendências críticas que já se anunciavam e que vingariam, que a obra do romancista não teria valor, por estar em descompasso com as tendências contemporâneas.

Romero pretendia, como deixa claro no livro, dar a Machado de Assis, o que ele considerava, “o seu verdadeiro posto na história intelectual de nossa pátria”. Declara que, em seus escritos

no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 49.

²⁸ ROMERO, op. cit., p. 60.

²⁹ MACHADO DE ASSIS. *A Nova Geração*. In: _____. *Obras Completas de Machado de Assis*, p. 224.

anteriores sobre o romancista fluminense,³⁰ havia sido muito severo e que era o momento de lhe fazer justiça e colocá-lo “em seu lugar”. E ao mesmo tempo em que tinha como objetivo fazer justiça à figura de Machado, pretendia, igualmente, fazer justiça ao nome de seu conterrâneo Tobias Barreto. O autor promove, então, como o próprio subtítulo sugere, um estudo literário comparativo entre o romancista fluminense e o jurista e poeta sergipano, fazendo um paralelo em que deprecia o primeiro e exalta o segundo. Sílvia Romero, entre outros motivos, não aceitava o pessimismo e a fina ironia de Machado de Assis ao tratar de temas nacionais, afirmando que “nós os brasileiros não somos em grau algum um povo pessimista”.³¹ Além disso, ressalta que o romancista fluminense não conseguiu criar nenhum “verdadeiro e completo tipo ao gosto e com a maestria dos grandes gênios inventivos das letras”.³² Para Romero, na esteira dos românticos que defendiam um caráter pedagógico da literatura, o escritor nacional deveria ter como princípio criar tipos para servirem de espelho aos brasileiros, um povo ainda em formação. Mas o que Machado fez, na sua opinião, foi criar tipos desqualificados, como Brás Cubas e Quincas Borba, isto é,

seu *Brás Cubas* é um adúltero enjoativo e seu *Quincas Borba*, um lunático sensaborão. Ambos pretensiosos, e insignificantes na sua pretensiosidade, nenhum deles é exemplar vivo da humanidade; são tipos convencionais, paspalhões de papelão: verdadeiros abortos de uma imaginação sem real força criadora.³³

³⁰ “Lembremos que já por três vezes escrevemos sobre o poeta e romancista fluminense: a primeira foi um rápido artigo inserido na *Crença* (Recife) em 1870 e que tinha por objetivo o livro das *Falenas*; a segunda foram algumas páginas do opúsculo *O Naturalismo em Literatura*, reproduzidas, vai para bastantes anos, nos *Estudos de Literatura Contemporânea*; a terceira é esta agora”. Cf. ROMERO, Sílvia. Machado de Assis. In: _____. *Autores Brasileiros*, p. 106.

³¹ *Ibid.*, p. 285.

³² *Ibid.*, p. 327.

³³ *Ibid.*, p. 221.

Em razão, porém, de Machado de Assis jamais ter respondido diretamente às acusações e provocações de Romero, alguns letrados tomaram frente na polêmica. Um desses nomes foi Lafayette Rodrigues Pereira, sob o pseudônimo de Labieno, que escreveu um livro em resposta às ofensas de Sílvio Romero a Machado, intitulado *Vindiciæ: O Sr. Sylvio Romero crítico e filósofo* (1899). Labieno adverte que o título, *Machado de Assis*, dado por Romero ao seu livro de ataque, constituía um “grosso embustel”, pois “Machado de Assis é o pretexto. O objetivo do livro é Tobias, é a glorificação do Teuto sergipano.” De acordo com o defensor de Machado, se Romero tivesse intitulado Tobias Barreto ao livro não teria tido leitores e nem a repercussão que teve, e essa é a razão, segundo Labieno, da “fraudulenta substituição de Tobias Barreto por Machado de Assis. A crítica também tem suas pias fraudes”.³⁴ Magalhães de Azeredo, acerca dessa relação passional de Romero por Tobias, assinala que “um elemento exterior, importantíssimo, concorre para dificultar-lhe a serenidade do juízo; é a sua fervorosa admiração por Tobias Barreto, o seu desejo irresistível de levantar alto, bem alto, a fama do patrício e saudoso companheiro”.³⁵

As críticas de Sílvio Romero a Machado de Assis deram origem ainda a duas outras polêmicas: uma com Valentim Magalhães e a outra com José Veríssimo. A repulsa de Romero em relação a Valentim Magalhães teve início depois dos elogios deste a Machado de Assis e Luís Delfino, elevando-os ao posto de representantes maiores daquela nova geração emergente nesse final do século XIX. Esse estudo sobre Valentim Magalhães ocorreu em tons bem severos, mas o crítico sergipano garante que suas duras palavras estavam bem longe de serem injustas. Assim, Romero profere um sem-número de adjetivos pejorativos ao também combativo homem de letras, a saber, “moreno,

³⁴ LABIENO (Lafayette Rodrigues Pereira). *Vindiciæ. O Sr. Sylvio Romero crítico e philosopho* [1899]. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1934, p. 17.

³⁵ AZEREDO, Magalhães. *Homens e Livros*. Rio de Janeiro: H. Garnier; Livrerio-Editor, 1902, p. 194.

imberbe, magro, espingolado, pescoço longo, o Sr. Valentim Magalhães é um linfático, um ente franzino, um mendigo de seiva, a mais acabada encarnação do coringa”.³⁶ Declara, inclusive, que Valentim Magalhães, “acima de tudo, é um imitador de vôo rasteiro, o mais acabado exemplo de sestro da sequacidade”³⁷ e que o Brasil precisava de grandes homens e não de imitadores. Na sua visão, assim como havia sinalizado para Machado de Assis, esse tipo de figura somente denegria a literatura nacional, pois em

um povo quase embrionário, sem tradição histórica, sem coesão social, sem política autônoma, sem opinião própria, sem originalidade, uma sociedade elementar, que não possui ainda uma poesia acentuada, que não passou ainda da fase primária das letras, [...] o meio de disciplinar o espírito público e encaminhá-lo nesse terreno, por certo, não é traduzir de estranhos.³⁸

Completa, por fim, que o “Sr. Valentim [...] hoje acredita-se um colossal, um himalaico inovador! É *valentinamente* cômico”.³⁹

No que se refere a José Veríssimo, a refrega, não menos dura e severa, teve início nos seus artigos em resposta às acusações de Romero a Machado de Assis. Veríssimo sempre buscou apresentar-se como um literato avesso às polêmicas, que só participava dos embates forçado e com profundo aborrecimento. Dizia Veríssimo que as ideias tinham valor por si mesmas e não eram necessários berros ou gritarias.⁴⁰ Todavia, embora Veríssimo se mostrasse um pouco hostil às polêmicas, a liça travada entre os dois literatos perdurou por vários anos.

Em *Sobre alguns conceitos de Sílvio Romero* (1906), talvez os

³⁶ ROMERO, Sílvio. Valentim Magalhães. In: _____. *Autores Brasileiros*, p. 29.

³⁷ *Ibid.*, p. 59.

³⁸ *Ibid.*, p. 40.

³⁹ *Ibid.*, p. 48. (grifo nosso)

⁴⁰ VERÍSSIMO, José. *Sobre Alguns Conceitos de Sílvio Romero* [1906]. In: _____. *Que é literatura? E outros Escritos*. São Paulo: Landy Editora, 2001, p. 237.

seus escritos mais agressivos sobre Romero, Veríssimo declara que os ataques do estudioso sergipano estavam centrados em dois pontos nunca perdoados por Romero: a sua “pouca estima” por Tobias Barreto e o seu “grande apreço por um escritor [Machado de Assis] cuja justificadíssima glória desde muito parece tirar o sono ao grande crítico”. José Veríssimo também ressalta a presença nos trabalhos de Sílvio Romero de um “sentimento de que é perseguido”, ou seja, “em toda a discordância das suas opiniões, em toda a discrepância do que julga ser a sua doutrina, em toda a crítica da sua obra”, Romero sempre vê um propósito firme de que está sendo atacado pessoalmente, diminuído ou contestado. Conta-nos, por exemplo, que pelo fato de ele, Veríssimo, e Araripe Júnior terem, em seus textos, considerado Varnhagen o criador da história de nossa literatura, sem fazerem alusões a Romero ou a qualquer uma de suas concepções, este último se condeou e logo se armou. Escreveu, continua Veríssimo, que “era de notar a insistência com que estes dois críticos, com evidente preocupação andam a proclamar ‘Varnhagen o criador da história da literatura brasileira’”. Para o autor da *História da Literatura Brasileira*, de 1916, Sílvio Romero tinha uma enorme obsessão em achar que todos estavam escrevendo sobre ele, para ele ou a despeito de seus princípios. E, em tom irônico, pondera “se não se emenda, é um candidato ao delírio de perseguição”.⁴¹

As alfinetadas entre esses dois autores só tiveram fim com a publicação, em 1909, do livro de ataque de Romero a Veríssimo, intitulado sarcasticamente de *Zeverissimações Ineptas da Crítica*, – a que Francisco de Assis Chateaubriand, sob o pseudônimo de Bandeira de Melo, taxou como sendo *A Morte da Polidez*. Chateaubriand, também estudante da Faculdade do Recife, acusou Sílvio Romero de “recorrer à grosseria e ao desaforo como armas de combate entre os homens de letras, resultado do ‘desequilíbrio mental’ e da ‘bestialidade’ das raças inferiores que lhe correriam no sangue”,⁴² caindo, assim, ele também, em

⁴¹ Ibid., p. 244.

⁴² Cf. CHATEAUBRIAND, Assis apud VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*, p.

ofensas e grosserias ao usar a condição mestiça para atacar Romero. Em *Zeveirissimações*, para se ter uma noção da força com que Romero atacou seu adversário, refere-se a Veríssimo como um “tucano empalhado”, “Saint-Beuve; peixe-boi”, “caboclo paraense”, “pescador da Amazônia”, “ignorantão pretensioso e atrasado”, “crítico das tartarugas”, ou como um crítico que “só dirá banalidades, coisas triviais e sem préstimo”.⁴³ E chega ao ponto de definir orgulhosamente seus ataques a Veríssimo como sendo “uma nutrida carga de fuzilaria a peito descoberto”.⁴⁴

Nesses escritos, contudo, apesar da agressividade, Romero traça uma espécie de itinerário de seu pensamento, destacando alguns de seus princípios: a opção pela crítica como gênero prioritário na sua produção intelectual; e a rejeição aos preceitos estéticos⁴⁵ do estudioso paraense, afirmando que “o Sr. José Veríssimo, no seu atraso, nunca entendeu a moderna *crítica sociológica*, por mim inaugurada no Brasil, e tem feito até muita gente retrogradar e recair na mera crítica retórica, ou a *soi disant psicológica*”.⁴⁶ Romero igualmente apresenta os “verdadeiros mestres” que influenciaram suas primeiras conclusões sobre a questão racial, por exemplo, Taine, Renan, Max-Müller, Scherer, Gobineau.

Além desses mestres, não se pode esquecer o papel importante que as doutrinas positivistas de Augusto Comte

109. (grifo do autor)

⁴³ Cf. ROMERO, Sílvio. *Zeveirissimações Ineptas da Crítica*. In: _____. *Autores Brasileiros*.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 524.

⁴⁵ Tanto Veríssimo como Machado de Assis, é bom lembrar, pensavam a literatura brasileira, como nos mostra Roberto Ventura, “como expressão nacional dotada de caráter universal e propuseram uma consciência estética, relacionada à profissionalização do escritor”. Aqui estava um dos principais pontos da discórdia, pois, enquanto para Romero a literatura era sinônimo de cultura, Veríssimo recorria às concepções estéticas e noções da retórica clássica para definir sua literatura. Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*, p. 120.

⁴⁶ ROMERO, op. cit., p. 508. (grifo do autor)

tiveram em seus primeiros trabalhos, servindo, como afirmou certa vez Araripe Júnior, de “arma escandalosa” para “aterrar os adversários”.⁴⁷ Entre os pontos que Sílvio Romero considerava louváveis da organização filosófica de Comte, apesar de a “paixão” pelo positivismo não ter sido duradoura, estavam: “a excelente classificação das ciências”, “a idéia de sujeitar a filosofia aos fatos demonstrados pelas outras ciências, elevando-a ao caráter de ciência geral” e, mais do que tudo, a formulação da lei dos três estados.⁴⁸ Em 1878, entretanto, na obra *A Filosofia no Brasil*, confessa que, “outrora sectário, na ramificação dirigida por Littré”, só o deixou quando livros mais “desprevenidos e fecundos” lhe chegaram às mãos: “Comte só foi largado por amor a Spencer, a Darwin, a Haeckel, a Büchner, a Vogt, a Moleschott, a Huxley”.⁴⁹ E, depois de passar do comtismo para o spencerismo, Romero adota, ainda, no final da vida, as ideias teóricas da Escola de Ciência Social, de Frédéric Le Play, as quais lhe deram as bases para escrever *O Brasil Social*.

As teorias científicas marcaram, como é sabido, não somente Sílvio Romero, como também toda a intelectualidade da época. No início da década de 1970, o Brasil, no discurso desses homens, encontrava-se em plena efervescência renovadora e “um bando de ideias novas” entraram em cena na tentativa de inserção do Brasil no pensamento moderno. Os intelectuais – dominados pelo espírito filosófico, científico, de cunho materialista, naturalista, determinista – haviam tomado para si a missão de modernizar a sociedade brasileira e edificar um saber que nos mostrasse a razão do nosso atraso e as formas de superá-lo.⁵⁰

⁴⁷ Cf. ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista, p. 322.

⁴⁸ LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964, p. 128.

⁴⁹ ROMERO, Sílvio. *A Filosofia no Brasil [1878]*. In: *Obra Filosófica*. Intr. e Sel. Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; São Paulo: Edusp, 1969, p. 57.

⁵⁰ PAIM, Antônio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo; Editora da Universidade de São Paulo, 1967, p. 126-127.

José Veríssimo, na sua *História da Literatura Brasileira*, declara que sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram ou facilitaram a manifestação desse movimento de ideias aqui, denominado por ele de “movimento modernista”.⁵¹ Assim, não só se tornava mais complexa a intelectualidade, como passava por um processo acelerado de transformação a sociedade brasileira como um todo, impulsionada, entre outros motivos, pela decadência da economia tradicional, pela urbanização, pelo aparelhamento técnico e institucional do país e pelo aperfeiçoamento do sistema de transportes e dos meios de comunicação.⁵²

Essa “nova geração” selecionou, dentre as diversas teorias europeias, aquelas que pudessem ser sincretizadas a partir da questão nacional. A ciência, então, foi evocada como um instrumento capaz de orientar as reformas que levariam o Brasil aos caminhos da civilização moderna e ao progresso. Romero, por seu lado, ressalta que o positivismo filosófico francês, o naturalismo literário igualmente francês, a crítica realista alemã, o transformismo darwiniano e o evolucionismo de Spencer “começaram a espalhar-se em alguns círculos acadêmicos, e uma certa mutação foi-se operando na intuição corrente”.⁵³ Os grandes temas nacionais, como o regime político, a imigração, a separação entre Igreja e Estado, o ensino, postos à luz das novas teorias, criavam uma atmosfera de crença na transformação do país pela força dessas ideias. As antigas estruturas políticas e sociais, associadas à Monarquia, à Igreja e à escravidão, já não

⁵¹ Cf. VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*, p. 232.

⁵² Cf. COSTA, E. Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos* [1979]. 7ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999; HOLANDA, S. Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Do Império à República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, v. 5; SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993; ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁵³ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 58.

atendiam mais as necessidades daqueles homens impregnados desse discurso cientificista, os quais acreditavam que os costumes e a sociedade deveriam evoluir rumo ao progresso. Procedeu-se uma vasta revisão de valores e princípios, elevando para o primeiro plano esse pensamento, que traria a divulgação dessas ideias novas e o aperfeiçoamento cultural pela “seleção natural” das obras e escritores.

Nesse afã, o discurso evolucionista serviu como uma justificativa científica para os debates e disputas. Entraram em pauta discussões sobre a origem das espécies, as leis da evolução e suas possíveis aplicações à literatura. Por esse viés, os estudiosos viam seus trabalhos como correlatos a um organismo vivo que se aperfeiçoaria e os embates críticos seriam similares aos aprimoramentos das espécies em suas lutas pela vida. Pelas polêmicas, os letrados lutavam por suas ideias, por seus grupos e pela “sobrevivência” ou “morte” na cena da literatura e do jornalismo.⁵⁴ Assim, de acordo com os preceitos cientificistas, a violência dos confrontos intelectuais era entendida como uma aplicação, no mundo das letras, da lei da “seleção natural”. Uma espécie de “darwinismo da crítica”, cujo objetivo era eliminar os

⁵⁴ A polêmica, como ressalta a historiografia, fez parte do quadro de costumes literários da época, ou seja, para os letrados do final do século XIX e início do XX, ela foi tomada como um gênero literário e, muitas vezes, como o principal meio de propagação de ideias. Cf. Machado Neto, em seu estudo sociológico sobre a vida literária entre 1870-1930, relata que, pela frequência e constância, a polêmica acabou por se tornar uma instituição da “República das Letras”, ou seja, “raro era o homem de letras e até, mesmo, o homem público que tivesse passado a vida sem experimentar a vivência belicosa da polêmica”. Cf. MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras* (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – 1870-1930). São Paulo: Edusp, 1973, p. 146-152; Roberto Ventura, que buscou entender a formação da crítica literária e do pensamento social brasileiro tomando como ponto de partida os debates entre Sílvio Romero e seus contemporâneos, destaca que “a polêmica se [tornou] uma versão folhetinesca e seriada da crítica literária e filosófica. Como os romancistas, que publicam seus livros como capítulos de folhetim nos jornais e revistas, os críticos recorrem às polêmicas na imprensa, de modo a ampliar a circulação de suas idéias e divulgar seu nome, criando renome”. Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*, p. 148.

mais fracos e inaptos.⁵⁵

E nessa atmosfera de *struggle for life*, Sílvio Romero se apresentou como um dos homens que mais defendeu o seu lugar naquele palco, buscando não só assegurar uma posição privilegiada, mas ainda afirmar o lugar do Brasil, do povo brasileiro e de nossa literatura frente ao mundo “civilizado”. Imbuído de um pensamento de luta e afirmação, sustentado pelo evolucionismo inglês e pelo naturalismo alemão, Romero tinha como princípio defender a tese de que a teoria da história de um povo tinha que ser ampla e compreensiva a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. A história deveria “apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro”.⁵⁶ A finalidade da história não seria somente a de revelar o que o brasileiro tinha em comum com os outros povos, mas sim a de desvendar as suas originalidades, particularidades e diferenciações. Nas suas próprias palavras, “não lhe cumpre só dizer, por exemplo, que o Brasil é o prolongamento da cultura portuguesa a que se ligaram vermelhos e negros. Isto é muito descarnado e seco”. Os historiadores tinham ainda de saber como estes elementos atuaram uns sobre os outros para demonstrar as “causas da *seleção histórica* que nos vão afastando de nossos antepassados ibéricos⁵⁷ e de nossos vizinhos também

⁵⁵ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 59.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 68.

⁵⁷ A imposição frente ao português, nesse caso, se apresentava ao estudioso sergipano como uma das maiores metas para o progresso do país e do seu povo. O romantismo, embora o tenha atacado de todos os ângulos, marca intelectualmente, na sua visão, o primeiro passo decisivo que se deu para deixar de lado a cultura lusa; “se continuássemos a pensar somente pelo critério dos livros de Lisboa, teríamos chegado à completa *paralisia intelectual*”. Ele acreditava que era mister se distinguir da literatura portuguesa, pois, o Brasil já havia mostrado certas diferenciações em relação à metrópole, ou seja, “nossa linguagem é mais musical e eloqüente”; “nossa imaginação mais opulenta”; temos um país vasto e rico, de um clima mais variado do que o do reino; e uma população mais abundante, “composta de raças que lá não existem”. Com essa argumentação de que o Brasil já era uma nação

filiados na velha cultura ibérica”.⁵⁸ Nesse ponto, o autor está debatendo diretamente com os escritos sobre o Brasil de Henry Buckle, de Carl von Martius, de Teófilo Braga, de Oliveira Martins e dos sectários de Comte, Teixeira Mendes e Aníbal Falcão. Romero considera a teoria do historiador inglês demasiadamente cosmológicos, a do naturalista alemão excessivamente etnológica e a dos discípulos de Comte extremamente social.

Dentre as teorias em voga nessa época, a que melhor sustentava seu discurso e sua ação, portanto, era a de Herbert Spencer. De acordo com Romero, por mais lacunosa que ainda fosse, era a única que oferecia as condições necessárias para uma explicação completa de nossa marcha evolutiva, por seus esquemas biologizantes que, aplicados à sociedade, lhe conferiam a certeza da marcha inexorável da humanidade em direção ao progresso. De acordo com Spencer, a evolução é “uma integração de matéria e uma concomitante dissipação de mobilidade, durante as quais a matéria passa de uma homogeneidade indefinida, incoerente, a uma heterogeneidade definida e coerente”, submetida à “lei final da persistência da força”.⁵⁹ Pela marcha contínua do homogêneo para o heterogêneo, segundo a teoria de Spencer, os seres tornavam-se cada vez mais diferenciados e complexos e a sua existência desenvolver-se-ia submetida à luta permanente, em que triunfam os mais aptos. Do progresso gradual de formas simples a complexas da biologia, ele derivou a ideia de evolução dos organismos sociais, propondo a sociedade como

diferenciada de Portugal, anuncia que nosso país “não é, não pode, não deve mais ser uma cópia da antiga metrópole”, bem como a “nossa história não é, não pode ser, pois, uma cópia servil da história de Portugal; não somos um povo de navegantes... e desde aí começa a diferença entre a colônia e a metrópole”. E completa: “que o Brasil continue a copiar Portugal é uma triste herança da história, que todo bom patriota deve modificar e corrigir”. Cf. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*.

⁵⁸ Ibid., p. 69. (grifo nosso)

⁵⁹ SPENCER, Herbert apud DURANT, Will. *A Filosofia de Herbert Spencer*. (Os Grandes Filósofos). Tradução de Maria Theresa Miranda. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d], p. 40.

um corpo que tinha órgãos de nutrição, circulação, coordenação e reprodução, muito parecido com o dos indivíduos. Dessa forma, o desenvolvimento da sociedade executava, assim como o indivíduo, a fórmula da evolução.⁶⁰

Em um contexto como o do final do século XIX – no qual os letrados estavam interessados em desvendar o caráter nacional e encontrar justificativas e soluções para o nosso atraso e para as tensões em torno da abolição da escravatura, da República, da miscigenação, do peso das supostas raças inferiores e da imigração europeia –, a visão de Spencer de sociedade como um organismo em evolução, submetido à permanente luta pela existência, era um significativo guia para se entender a história brasileira. Sílvio Romero, nesse sentido, assevera que, quem deseja realizar estudos sociais sobre o Brasil, deve começar por Spencer, “porque é excelente para mostrar as bases gerais da sociedade, seus fatores internos e externos e como se lhe aplicam as leis fundamentais da evolução”,⁶¹ além de ser a única doutrina em que “palpita mais intenso o coração do século e agita-se a alma do futuro”.⁶²

Sílvio Romero e outros homens de letras brasileiros liam e apreciavam no filósofo inglês a proposição de que o progresso não era um acidente, algo fora do controle humano, mas uma “necessidade benéfica”, determinada pela lei da progressiva especialização da vida – um progresso gradual das formas de vida mais simples às mais complexas, de homogeneidade primitiva para a heterogeneidade. Na concepção de Spencer, essa lei se manifestava em todos os âmbitos do humano e seu significado era o aperfeiçoamento permanente e constante da humanidade e de

⁶⁰ SPENCER, Herbert apud DURANT, Will. *A Filosofia de Herbert Spencer*, p. 62.

⁶¹ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 1781.

⁶² Cf. Id. Doutrina contra Doutrina. O evolucionismo e o positivismo no Brasil. Brasil [1894]. In: _____. *Obra Filosófica*. Introd. e Sel. Luís Washington Vítá. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969 (Coleção Documentos Brasileiros).

suas formas de organização social.⁶³ Além disso, a transposição do conceito de *struggle for life* do domínio da natureza para o da sociedade – o qual proporcionava uma melhoria do indivíduo, da raça, da sociedade, bem como da nação – empolgava os jovens bacharéis dos anos 1970, empenhados em dar um novo sentido para a história do país.

A forma como Romero se apropria do evolucionismo de Spencer e o aclimata ao Brasil é notória, principalmente no que se refere ao seu ímpeto em mostrar que a lei que regia a história brasileira era a mesma condutora de qualquer outro povo: “a evolução transformista”, ou seja, “tudo se move, tudo se transforma, tudo se desenvolve, e as leis capitais dessa evolução estão descobertas, estão demonstradas”. Para ele, essa concepção, “que na física se chama monismo, na biologia o transformismo, na filosofia geral o evolucionismo”, haveria de “dar o tom, a nota predominante na arte, na literatura, do futuro”.⁶⁴ O darwinismo social de Spencer tornou-se, assim, uma das bases mais caras ao pensamento romeriano, conduzindo-o às conclusões a que chegou “em todos os escritos acerca da [sua] pátria”.⁶⁵

Sílvio Romero acreditava que o meio pelo qual a nossa literatura assumiria um papel relevante seria justamente através da “darwinização da crítica”, a qual era vista como uma realidade tão grande quanto era a da biologia. Acerca desse ponto, vale frisar que Romero tinha plena consciência do perigo reducionista da assimilação dos fatos culturais aos fatos naturais. Advertiu mais de uma vez em seus estudos que a evolução biológica é diferente

⁶³ Cf. MOTA, M. A. Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 30-31; COUTINHO, Afrânio. *A Crítica Naturalista e Positivista*. In: _____. *A Literatura no Brasil*, p. 19.

⁶⁴ ROMERO, Sílvio. Leônidas e Sá [1894]. In: _____. *Estudos de Literatura Contemporânea*. BARRETO, Luiz Antonio (Org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 189.

⁶⁵ Cf. Id. O Sr. Artur Guimarães e seu Novo Livro [1904]. In: _____. *Estudos de Literatura Contemporânea*, p. 325.

da evolução histórica, ou seja, assinalava que, “quando se diz que o darwinismo se pode aplicar, como de fato se tem aplicado, à lingüística, à história, à ciência social, ao direito, à crítica”, é, antes de tudo, “mister compreender que o que se aplica a tudo isto é a filosofia darwinista, e não os métodos e processos especiais da biologia”.⁶⁶ Não havia dúvida, prossegue Romero, de que a história devia ser encarada como um problema de biologia; “mas a biologia aí se transforma em psicologia e esta em sociologia”.⁶⁷ Contudo, ele nunca abriu mão da ideia de que tanto a cultura como a natureza eram dirigidas pelo princípio do determinismo e poderiam ser explicadas pela concorrência, pela seleção e pela diferenciação crescente – termos tão bem definidos por Charles Darwin.⁶⁸

A própria visão da formação do povo brasileiro de Sílvio Romero, presente em vários de seus estudos, está embebida das concepções evolucionistas e de um discurso de afirmação e de disputa. O pensador sergipano defende, a partir da sua famosa teoria do mestiçamento, que o brasileiro seria formado racial e

⁶⁶ Id. Movimento Espiritual do Brasil no Ano de 1888 [1888]. In: _____. *Estudos de Literatura contemporânea*, p. 223.

⁶⁷ Id. *História da Literatura Brasileira*, p. 404.

⁶⁸ Acerca dessa questão, vale destacar a polêmica desencadeada com a publicação da obra *América Latina – males de origem* (1905), de Manoel Bomfim. Neste estudo, o conterrâneo de Romero critica a transposição à sociedade de categorias darwinistas – como a luta pela existência e a lei da sobrevivência do mais apto – mostra-se contrário ao evolucionismo e ao darwinismo sociológico, bem como refuta as analogias e correspondências entre a biologia, a zoologia e a sociologia. Embora concebesse a sociedade como organismo, Bomfim propunha-se a investigar as leis não-biológicas, específicas aos fatos sociais, ou seja, nega o paralelismo entre o biológico e o social. Manoel Bomfim, portanto, como pontua Roberto Ventura, “escapou ao pessimismo e ao determinismo das teorias do meio, da raça e do caráter nacional brasileiro”. Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. E Sílvio Romero não tardou em responder a tese de Bomfim, atacando sua pessoa e sua obra numa série de artigos que depois seriam reunidos em *A América Latina. Análise do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim* (1906). Nesses artigos, Romero acusa Manoel Bomfim de ter incorrido no gravíssimo erro de ignorar o determinismo do meio e da raça na formação da identidade brasileira.

culturalmente pela conjunção de três elementos: o português, o negro e o índio, ou seja, pela luta das três raças constituintes da nossa população se formaria o tipo brasileiro. Nesse processo, o lugar de honra deveria ser dado ao português, o qual, sem ser o único, seria o principal agente de nossa cultura. Logo depois dele, aparece o negro, cujo contributo para a cultura brasileira considerava ele ser bem maior que o deixado pelo índio, último na sua “escala etnográfica”. E desse amálgama de raças havia surgido o mestiço, que, para Romero, “é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional”,⁶⁹ bem como vinha sendo o agente transformador por excelência da nossa sociedade, responsável igualmente por singularizá-la. Seria ainda o mestiço, como chega a afirmar, o meio de adaptação do branco aos trópicos, ou seja, seria “a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima”.⁷⁰

Romero, assim, acreditava que nossa psicologia popular era um produto dessa junção de raças, tendo o branco, como já destacado, o posto de influenciador cardeal e, na sua esteira, o negro, o qual teria moldado em grande parte essa psicologia popular. A própria escravidão, ressalta, serviu ainda mais para vincular os pretos aos brancos, pois “as escravas, e raro era o colono que não as tinha, viviam no seio das famílias ao serviço doméstico. Daí o cruzamento natural; apareciam os *mestiços* e novos laços se criavam”. Assim, muitos de “nossos bailados, danças e músicas populares, uma literatura inteira de canções ardentes, têm essa origem”.⁷¹

Todavia, isso não deve nos levar a pensar que ele via o mestiço como a finalidade da cultura brasileira. Romero, na verdade, aplicando o evolucionismo darwinista e as teorias de Spencer à literatura e ao povo brasileiro, julgava que o tipo branco, depois de apoderar-se do que fosse útil nas outras duas raças

⁶⁹ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 120.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 135.

⁷¹ *Ibid.*, p. 134. (grifo do autor)

inferiores, iria “tomando a predominância, até mostrar-se puro e belo como no Velho Mundo”.⁷² Ressalta, no que se refere a esse ponto, que não podemos entender essa mescla de raças como resultado de uma futura “nação mulata” – pois que “a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá”.⁷³ Devemos, então, entendê-la – e isso é ponto fundamental na teoria da miscigenação romeriana – como um processo em que o europeu se aliou aqui a outras raças e, deste amalgama, “saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro”,⁷⁴ ou seja, o mestiço, para Romero, era a “genuína formação histórica brasileira”. E, com seus desígnios de definir o brasileiro, conclui que “deste imenso mestiçamento *físico e moral*, desta fusão de *sangues* e de *almas* é que tem saído diferenciado o brasileiro de hoje e há de sair cada vez mais nítido o do futuro”.⁷⁵

A essa luz, o brasileiro e a literatura nacional pareciam a ele um produto cada vez mais diferenciado do povo e da literatura portuguesa, devido à atuação dos cinco fatores supracitados – o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira –, especialmente da raça, seu fator por excelência. O eixo de toda a sua investigação eram as qualidades e peculiaridades do caráter étnico de nossa gente, tomado por Romero como “a base e a força de nosso nacionalismo literário”. E, assim, defendendo sua teoria do mestiçamento e, por certo, alfinetando o romantismo, manifesta:

Ora, meio à parte, raça à parte, ideal à parte produzem necessariamente literaturas à parte. Nem é isto motivo para vaidades; é fenômeno sem mérito; porque é em essência quase

⁷² Ibid., p. 232.

⁷³ Romero ressalta que é sabido que “na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós, [...] pela imigração européia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca”. Cf. Ibid., p. 101.

⁷⁴ Ibid., p. 120.

⁷⁵ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 311. (grifo do autor)

mecânico. A vontade aqui pouco, bem pouco poderá influir. Não é o fato do indianismo, comum aliás a toda a América, que nos garante uma literatura. Esta começou a formar-se no Brasil no dia em que os índios, os negros e os colonizadores entraram a viver juntos, a trabalhar juntos, a sofrer juntos, a cantar juntos. No dia em que o primeiro mestiço cantou a primeira quadrinha popular nos eitos dos *engenhos*, nesse dia começou de originar-se a literatura brasileira.⁷⁶

Para Romero, a mestiçagem era responsável pelas particularidades do caráter brasileiro e, conseqüentemente, da nossa literatura, ou melhor, da “grande obra da evolução étnica e sociológica” – como a definiu.

Em linhas gerais, Sílvio Romero pretendeu apresentar uma literatura com configurações nacionais, diferenciada da literatura portuguesa, e defender a existência de um povo que pudesse ser chamado de brasileiro. Acreditava que, ao desenvolver esses estudos etnográficos e revelar o legítimo brasileiro, estaria assegurando o lugar e a autonomia do Brasil, do povo brasileiro e, talvez com não menos entusiasmo, acreditava estar assegurando o lugar do seu nome nos círculos intelectuais daquele tempo.

Com esse ímpeto de afirmação de seu nome e de seu país, Romero sempre buscou guardar seu pioneirismo nessa teoria do mestiçamento. O pensador sergipano gabava-se de ter estabelecido no estudo da literatura brasileira o “critério étnico”, no qual a interpretação da nossa cultura deveria ser baseada no estudo da contribuição das raças que compunham a nossa população. O critério etnográfico, afirma, “introduzido por mim na crítica nacional desde 1869-70, é ainda hoje a meus olhos a base principal da compreensão das literaturas, nomeadamente a literatura de um povo misturado como o povo brasileiro”.⁷⁷ Todavia, embora ele tenha discutido, de forma sistemática, o papel da

⁷⁶ Ibid., p. 965. (grifo do autor)

⁷⁷ Ibid., p. 919.

mestiçagem na formação brasileira, seus fundamentos já haviam sido delineados pelo naturalista alemão Carl Friedrich von Martius.

No tocante a esse ponto, vale pontuar que um dos maiores incômodos de Romero foi o estudo de Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nesse trabalho, Martius procurou desenvolver um projeto historiográfico sobre a nossa nação baseado em orientações etnográficas, ou seja, coloca em pauta a questão da mescla racial como uma singularidade para se escrever e se entender a história brasileira, sendo assim considerado um pioneiro na abordagem dessa questão no Brasil.

O naturalista alemão inicia sua monografia aconselhando que quem quisesse se encarregar de escrever a história do Brasil não deveria perder de vista “os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem”. Esses elementos são, segundo ele, de natureza muito diversa, “tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica”. E declara que “do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”. Martius estabelece, ainda, que, nessa mescla de raças, o português, “que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente”, se apresenta como “o mais poderoso e essencial motor”. Todavia, ressalta que seria um grande erro “se se desprezassem as forças indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população”, ou seja, “tanto os indígenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante”.⁷⁸

Como se vê, as colocações de Martius se aproximam em larga medida das afirmações acima apresentadas de Sílvio Romero. Nesse estudo, pode-se afirmar, estão os germes da teoria do

⁷⁸ MARTIUS, Carl apud ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 1528-1529.

mestiçamento romeriana. Contudo, Romero, que sempre buscou defender seu lugar na intelectualidade brasileira, escreve um longo ensaio sobre o naturalista bávaro – inserido no quinto volume da *História da Literatura Brasileira* – em que procura demonstrar as lacunas e imperfeições das reflexões de Martius e reivindicar a autoria do critério etnológico e da teoria do mestiçamento – base de seus estudos histórico-literários.

Romero, nessa parte da obra, critica a ideia de que Martius teria nos “ensinado” a escrever nossa história, afirmando que “desgraçada cousa seria a mentalidade da nação brasileira, se tivesse precisado que Martius lhe viesse *ensinar duas cousas trivialíssimas*, que a tanto se reduzem as mais encomiadas idéias do tão afamado sábio”.⁷⁹ Despeito ou não, o historiador sergipano declara que Martius possui uma teoria incompleta sobre o problema etnográfico brasileiro, ou seja, cria uma teoria descritiva sobre as raças sem mostrar como esses elementos atuaram uns sobre os outros e produziram o resultado presente. O botânico alemão, segundo ele, teria deixado em completo esquecimento o ponto fundamental do problema, a saber, o mestiço. Sobre essa questão, vale sublinhar que, no texto de Martius, não aparece o termo mestiço – elemento tão caro a Romero.

O modo como Martius aconselhou que se escrevesse a história do Brasil, prossegue o estudioso, era “inaproveitável” e “em vez duma história teríamos uma série de monografias cosidas *à tort et à travers*”. Martius e seus “inconscientes repetidores” não chegaram a ver que “a história de um povo é um drama desenvolvido no tempo e no espaço, no qual se desdobra a *natural evolução dum caráter étnico* – e nacional. Uma unidade suprema preside ao desenrolar das cenas”. Para Romero, o naturalista alemão não conseguia entender que “em cada época há sempre um acontecimento que sobrepuja os outros e atrai as atenções gerais. A alma do povo se concentra nele, vibra com ele, absorve-se nele”.⁸⁰ Além disso, ressalta que Martius não fez mais do que

⁷⁹ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 1522. (grifo do autor)

⁸⁰ *Ibid.*, p. 1527. (grifo nosso)

dar um conselho muito vago aos nossos historiadores e fazer uma enumeração meramente exterior dos elementos que moldaram nossa população. Nenhum dos escritores nacionais, completa, “precisava das lições do assaz endeusado germânico”,⁸¹ pois, o que importava para o estudioso sergipano era “determinar a índole, o caráter, o impulso das populações mestiçadas, *ponto capital da nossa vida como nação*”.⁸²

Além de Martius, outro autor questionado por Sílvio Romero sobre essa questão da formação do tipo brasileiro foi Araripe Júnior. Este estudioso, amigo e companheiro do crítico na Faculdade de Direito do Recife, teve a mesma formação e baseou-se nos mesmos modelos naturalistas e evolucionistas para definir a literatura brasileira. Tanto um como o outro estavam interessados em definir o caráter nacional e abraçaram a crítica nacionalista, aplicando às questões nacionais os princípios de Hyppolyte Taine e Herbert Spencer, porém, Araripe se diferenciava de Romero pela sua ênfase maior no “meio” e em seus efeitos estilísticos como fator de adaptação das raças e culturas aos trópicos, enquanto Romero privilegiava a “raça”, isto é, a miscigenação como fator de adaptação aos trópicos.

O debate, que se desenrolou de forma polida, teve início com a publicação, em 1882, da resenha de Araripe Júnior sobre o livro *Introdução à História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero. O estudioso cearense inicia o texto afirmando que criticar a crítica era a coisa mais difícil que conhecia; era “o mesmo que saltar por cima da própria sombra”.⁸³ Declara, sobre o privilégio dado por Romero à raça nos estudos literários, que a questão da história da literatura brasileira só pode ser resolvida “pela concentração de nossas vistas sobre o *meio físico*. É o único fator estável de nossa história, o único que se consegue acompanhar, sem soluções

⁸¹ Ibid., p. 1549.

⁸² Ibid., p. 1306. (grifo nosso)

⁸³ ARARIPE JÚNIOR. *Semana Literária* [1882]. In: *Obra Crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960, p. 273.

de continuidade”.⁸⁴ Para ele, nada teve tanta força assimiladora como o solo, os novos aspectos do país e principalmente o clima, pois, “era sobre esse fio que, escrevendo a história do Brasil, faria girar todos os demais elementos; e com tal ponto de vista, [tinha] certeza que chegaria à explicação de muitos fatos obscuros”. Chega a afirmar que o trabalho de Romero era fértil em “verdadeiras sugestões” e rico em material, contudo, havia demasiada “complexidade de pontos de vista”, o que acabava criando “hiatos tão profundos” que o forçavam “mais de uma vez a buscar, e com enorme desprendimento de forças, o fio interrompido”.⁸⁵ Araripe, nessa resenha, defende que o nexo de nossa literatura não se encontrava nas forças e nas tradições étnicas, mas sim no meio físico.⁸⁶

Romero, alguns dias depois,⁸⁷ responde às colocações de Araripe Júnior. Declara que concorda com o fato de o meio físico ser um agente de diferenciação e que até o contempla em seu livro, no entanto, adverte que o meio “não é o elemento estável e resistente”. A unidade nacional é garantida, a seu ver, “pelos agentes morais e pela energia étnica”. O problema histórico do Brasil, contempla Romero, é “indicar a formação do povo brasileiro como um produto sociológico especial, distinto do português”. Para isso devia-se considerar o colonizador europeu

⁸⁴ Ibid., p. 277. (grifo do autor)

⁸⁵ Ibid., p. 278.

⁸⁶ Nesses escritos, Araripe Júnior faz três objeções à obra de Romero: a primeira seria sobre a exclusão dos cronistas no livro de Romero; a segunda indiferença em relação as entradas literárias, isto é, na visão de Araripe, “do mesmo modo que a exploração do país foi feita por entradas de aventureiros sem sistema e sem ligações tradicionais entre si, o espírito brasileiro também se formou por entradas literárias sem concatenação apreciável”; e a terceira seria a questão do meio e da raça, que está sendo explorada. Cf. Ibid., p.276.

⁸⁷ Araripe Júnior escreve sua resenha em 08 de julho de 1882, na *Gazeta da Tarde* e Sílvio Romero dá sua primeira resposta em 26 de julho de 1882, no *Globo*. Através dessa polêmica, apesar de ter sido em tons amenos, dá para notar a rapidez com que esses homens elaboravam argumentos e se defendiam.

como o elemento principal de nossa formação e em seguida mostrar os elementos que a ele se juntaram para produzir o brasileiro. É claro, adverte, “que se o português não sofresse aqui influência nenhuma estranha, o Brasil seria a reprodução exatíssima de Portugal”.⁸⁸ Mas qual a razão, questiona, da diferenciação do português em relação ao brasileiro: “por efeito do *meio físico* principalmente, diz o Dr. Araripe Júnior. Por efeito das *raças com que ele tem cruzado*, digo eu, e parece-me que mais acertadamente”.⁸⁹ O meio físico, para Romero, apesar de ser um fator importante – como vimos mais acima, estava entre os seus cinco fatores formadores do brasileiro –, não era o principal. Na sua visão, a humanidade já tinha dado provas de que o fator étnico se colocava mais importante que o meio, ou seja:

O que é que mantém a diversidade entre os povos que na Europa ocupam a mesma zona e o mesmo clima há muitos séculos? Será o meio idêntico entre muitos deles? Evidentemente são as suas qualidades étnicas e suas tradições históricas. [...] Os *meios* eram tudo para a humanidade primitiva e pré-histórica. Uma vez estabelecidas as raças históricas, uma vez entrados, como estamos, nos tempos atuais, os povos não são mais o brinquedo dos climas. [...] Em nossa história o fator permanente, nos quatro séculos que já percorremos, tem sido o *português*. Em sua passagem para o *brasileiro*, é ainda um elemento etnológico – é à *mestiçagem* que vamos pedir explicação do fenômeno. O clima fica em segundo plano.⁹⁰

E conclui, por se tratar de seu amigo, que suas observações eram “*sine ira et studio*” e que se Araripe Júnior escrevesse uma

⁸⁸ Cf. ROMERO, Sílvio. A História da Literatura Brasileira e o Dr. Araripe Júnior [1882]. In: _____. *Estudos de Literatura Contemporânea*. p. 116.

⁸⁹ ROMERO, Sílvio. A História da Literatura Brasileira e o Dr. Araripe Júnior, p. 117. (grifo do autor)

⁹⁰ *Ibid.*, p. 117. (grifo do autor)

história da nossa intelectualidade seria muito vantajoso para as nossas letras, pois através da “diversidade de interpretações e comentários é que há de sair a futura concepção da individualidade nacional em literatura”.⁹¹ Impressões bem diversas, como se nota, daquelas do Sílvio Romero polemista!

Uma semana depois desses escritos, Araripe volta à *Gazeta da Tarde*, agradece as palavras corteses de Romero e retoma a discussão. Afirma que Romero desviou a discussão para uma questão que não havia proposto, ou seja, ao dizer “que o *meio físico* não tem essa importância que lhe [queria] dar, tendo sido agente primordial apenas quando as raças se formaram”.⁹² De acordo com Araripe, o nosso autor confundiu a “ação mais ou menos direta do clima nos períodos geológicos com a ação complexa de hoje”. O meio, como agente de diferenciação, assevera Araripe, continua a atuar poderosamente. E, nesse sentido, o meio obra por “duas maneiras, – ação e reação. Por causa do meio surge a raça; a raça modifica o meio; o meio modificado reage já de modo diferente sobre o modificador. E assim ao infinito”.⁹³ Faz essa defesa do meio como fator primordial na formação do povo brasileiro e, tentando apontar semelhanças com Romero, se diz “certo de uma coisa, – que o autor da *Introdução* pensa da mesma maneira, isto é, – que o português, quando pisou no Brasil, foi logo condenado a ser substituído por alguma *novidade*”.⁹⁴

Depois dessa réplica de Araripe, que se estendeu por cinco artigos, Romero continua, então, com mais ênfase, a defender a prioridade da raça. Declara que, em nossa história de quatro séculos, não sabia “que diferenças [tinha] o meio produzido no caboclo, no negro e mesmo no português”. Nas suas próprias palavras, “o que noto a olhos nus é o *mestiço*”. Este “é o brasileiro por excelência; é o agente em torno do qual faço mover a

⁹¹ Ibid., p. 117.

⁹² ARARIPE JÚNIOR. O Dr. Sílvio Romero e o Seu Novo Livro [1882]. In: _____ . *Obra Crítica de Araripe Júnior*, p. 299. (grifo do autor)

⁹³ Ibid., p. 300.

⁹⁴ Ibid., p. 301. (grifo do autor)

nossa história literária”. No mestiço “evidentemente influi muito mais o contato das raças do que a ação do clima”.⁹⁵ E sobre a questão lançada no final do artigo acerca do português, Romero, concordando até certo ponto com Araripe, afirma que

Hoje [o português] é um estrangeiro como outro qualquer. É mais estrangeiro ainda do que o próprio *negro da costa* e o próprio *mundurucu* das selvas; pois que estes ao menos não saem do país, não têm *gazetas* para nos insultar, nem levam os nossos capitais para comê-los fartamente nas *quintas* da Beira ou do Minho. [...] temos o sagrado dever de extirpar os últimos alicerces da ação portuguesa neste país, acabar com a escravidão, legado vil que nos deixou, e reduzir a nada a influência nociva que ainda hoje exerce em alguns círculos da vida nacional.

Mais tempo, menos tempo, atingiremos o alvo.

Não devemos sonhar um Brasil negro, um Brasil caboclo, nem tampouco um Brasil *maroto*...⁹⁶

Tanto nos escritos sobre Martius quanto nesses sobre Araripe Júnior, que foram, inclusive, reproduzidos na *História da Literatura Brasileira*, bem como nos estudos sobre o romantismo, em que sustenta ser o indianismo um falseamento do espírito nacional, o que estava em jogo, por certo, era a defesa de sua teoria sobre o caráter do povo brasileiro, ou melhor, a sua teoria do mestiçamento. Propondo que o ponto de vista etnológico era a base fundamental de nossa história, Romero criou a sua famosa teoria do mestiçamento e advogou em favor desse princípio durante quase cinco décadas de vida intelectual, pois acreditava que, ao desenvolver esses estudos etnográficos estava revelando o legítimo espírito do povo brasileiro. Do ponto de vista que aqui nos interessa, essa sua teoria pode ser tomada como uma espécie de tradução

⁹⁵ ROMERO, Sílvio. Ainda a História da Literatura Brasileira e o Dr. Araripe Júnior [1882]. In: _____. *Estudos de Literatura Contemporânea*, p. 129. (grifo do autor)

⁹⁶ *Ibid.*, p. 130. (grifo do autor)

da sua forma de pensar. Tradução, porque ela não só foi sempre ponto central de seus estudos, mas principalmente porque nela as ideias de luta e afirmação, tão caras a Romero, encontram-se diluídas, nomeadamente no que diz respeito à sua concepção de mescla de raças como um combate intenso para a formação do tipo brasileiro. Daí a nossa argumentação de que o discurso polêmico e a necessidade de afirmação – sempre presentes e constitutivos das leituras de Sílvio Romero sobre a sociedade brasileira – estiveram sustentados pela teoria evolucionista.

Movido, pois, pela embriaguez da polêmica, o autor acreditava que o povo brasileiro, em sua essência, já tinha uma identidade e uma forma e que era hora de lutar por seu lugar na história e na política do mundo, isto é, propunha que, em um país como o nosso, “ainda novo, sem tradições bem formadas, sem coesão social bem compacta, nunca é demais insistir sobre o seu caráter popular e histórico”.⁹⁷ Para o pensador sergipano, o espírito brasileiro, bem ao gosto dos românticos alemães, era “alguma coisa que o indivíduo só por si não explica, que só o povo em sua amplitude genérica deixa notar claramente”;⁹⁸ era “uma espécie de expoente da alma de um povo, [era] um produto do tempo, um produto da história”.⁹⁹ E, de acordo com Romero, o primeiro acontecimento da história do Brasil em que se nota o despertar do espírito nacional tinha sido o episódio da expulsão dos holandeses em Pernambuco. Episódio em que “as três raças achavam-se representadas em seus respectivos heróis: os *brancos* em Barreto de Menezes, os *índios* em Camarão, e os *negros* em Henrique Dias. Além disso, “já era real também a existência do *mestiço* representado em Calabar, – o espírito mais inteligente do seu tempo”.¹⁰⁰ Uma espécie de protótipo de sua teoria da miscigenação.

⁹⁷ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 919-920.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 145.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 819.

¹⁰⁰ Id. Síntese Retrospectiva. O Momento Atual. In: _____. *Literatura, História e Crítica*, p. 106. (grifo do autor)

Nessa busca pela nacionalidade brasileira, que, como é sabido, não era um esforço individual do autor, Romero conclamava os escritores nacionais à luta. Na sua ótica, os letrados nacionais deveriam assumir o papel de mostrar a toda a sociedade algumas verdades que até então não tinham sido apresentadas, com a finalidade de proporcionar um futuro melhor para o nosso povo – uma espécie de ação das letras para alterar o futuro. Todo homem que empunhava uma pena no Brasil tinha por obrigação esclarecer e anunciar verdades à nação, “se ele não quer faltar aos seus deveres, se não quer embair o povo”.¹⁰¹ Assim sendo, manifesta:

Ser escritor, especialmente em nosso tempo de luta e movimento, não é garatujar em segredo tiras de papel e as ir acumulando nas gavetas, nas pastas ou aos cantos da casa; *ser escritor é perseguir um ideal, é traçar um plano de jornada e ir por ele em fora, é defender uma causa, é ter o instinto da combatividade literária e científica sempre alerta; ser escritor é essencialmente ser um lutador sempre na brecha no meio de seu grupo, de seus camaradas, dando a mão aos que desfalecem, sem arredar a arma da face do inimigo. Cada livro, cada opúsculo, cada brochura, que se publicam, são outros tantos atos, outras tantas ações da grande peleja.*¹⁰²

E foi essa a motivação declarada de Sílvio Romero para se dedicar às letras nacionais, tanto que assevera que queria que sua *História...* fosse “um protesto, um grito de alarme de *são brasileiro*, um brado de entusiasmo para um futuro melhor”.¹⁰³ A história literária de um povo deveria ter por missão penetrar no ideal das nações para surpreender-lhe a vida subjetiva e, por isso, o seu fito não era escrever um dicionário biográfico de brasileiros ilustres, mas sim “fazer a história do pensamento brasileiro, individualizado, encarnado nos seus mais dignos *representative*

¹⁰¹ Id. *História da Literatura Brasileira*, p. 36.

¹⁰² Ibid., p. 1341. (grifo nosso)

¹⁰³ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 919. (grifo nosso)

men".¹⁰⁴

Terminada aqui essa breve apresentação de Sílvio Romero e de seu tempo, cumpre, pois, mais uma vez, mencionar que a luta, a disputa, a afirmação e a defesa sempre fizeram parte do repertório romeriano e traduziram, em grande parte, a sua ideia de Brasil e de povo brasileiro. José Veríssimo dizia que toda a sua obra era de polêmica, pois esta era a sua característica dominante: ser um polemista. Para Veríssimo, “fazendo história ou crítica literária, política ou filosofia, escrevendo ou conversando [...] o Sr. Sílvio Romero é um polemista”.¹⁰⁵ O próprio Romero fazia questão de confessar que o “espírito de combatividade” era o seu “amparo e leal companheiro na vida”.¹⁰⁶

Se esses qualificativos de tanto serem afirmados tornaram-se verdadeiros, ou se a prática do crítico os justificou, não importa aqui dizer. Antes vale destacar que combater foi um valor defendido por Sílvio Romero como uma forma de gerar conhecimento e de interferir na trajetória do seu povo, duas faces de uma mesma moeda no pensamento do final do século XIX. Por isso, muito combateu, muito se defendeu e não poucas vezes deixou suas preferências conduzirem sua análise. Nesse afã de escrever com a pena da luta, para a afirmação de seus princípios, de seu nome na intelectualidade brasileira e de seu país, uma batalha maior foi vencida: o pensador sergipano concebeu uma obra que se tornou referência para se pensar o Brasil, a sociedade brasileira e, especialmente, as idiosincrasias do pensamento do final do Oitocentos Brasileiro. Uma obra, em suma, que ajudou a consolidar um lugar para a literatura e para a crítica literária na afirmação do que era e veio a ser o Brasil e o seu povo.

Recebido em novembro de 2010.

Aprovado em abril de 2011.

¹⁰⁴ Ibid., p. 866. (grifo nosso)

¹⁰⁵ VERÍSSIMO, José. O Positivismo no Brasil. In: _____. *Estudos de Literatura Brasileira* [1901]. 1ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 67

¹⁰⁶ ROMERO, Sílvio. Machado de Assis. In: _____. *Autores Brasileiros*, p. 108.